



Anais da Assembléia

Nº 081

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppino - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calfato Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1996
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados César Seleme e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Ruono, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Pasílio Zarusso, Beto Picha, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Neroni, Doutor Posinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Thureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Forsatto, Picardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SP. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SP. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SP. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº ATVG 005/96, da Senhora Emilia de Salles Pelinati, vice-Governadora do Estado, solicitando que seja concedida licença do cargo de vice-Governadora do Estado, para trato de assuntos particulares, no período compreendido entre os dias 09 e 20 do corrente mês de junho. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 2.518/96, do Senhor Artagão

de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Anteprojeto de Lei Orgânica do Tribunal de Contas. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO ATVG 005/96

Curitiba, 05.06.96.

Senhor Presidente.

Nos termos do art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, venho solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, seja concedida licença do cargo de vice-Governadora do Estado, para trato de assuntos particulares, no período compreendido entre os dias 09 e 20 do corrente mês de junho.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) EMILIA DE SALLES PELINATI
 Vice-Governadora

OFÍCIO Nº 2.518/96

Curitiba, 05.06.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em cumprimento às disposições constitucionais, Anteprojeto de Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
 Presidente do
 Tribunal de Contas

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 236/96, relativo à Mensagem nº 49/96, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 237/96, relativo à Mensagem nº 52/96, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, FEQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 238/96, relativo à Mensagem n° 53/96, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, FEQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 239/96, relativo à Mensagem n° 51/96, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente FEQUEP a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis, em seu artigo 103.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, FEQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, FEQUEP, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões do item 06, 1ª Discussão do Projeto de Lei n° 449/95, de autoria dos Deputados Florisvaldo Pier, Emerson Nerone, Péricles Mello, Ângelo Varnhoni e Luiz Claudio Romanelli, constante da Ordem do Dia da presente sessão (10/06).

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, FEQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei n° 366/95, item 05 da Ordem do Dia da presente sessão por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) WALMOR TRENTINI

REQUERIMENTO N° 286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, FEQUEP, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Euler Loiola Guimarães, ocorrido dia 31 de maio/96.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 67 anos de idade faleceu, o Senhor Euler Loiola Guimarães que era viúvo de Dona Adélia Guimarães. Deixou 03 filhos, 05 netos e 01 bisneto. O extinto era filho de Palmas. Onde gozava de grande prestígio.

O passamento de Euler Loiola Guimarães veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Euler.

O céu será grande e a paz sobre Euler Loiola Guimarães, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Guimarães endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, FEQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Geraldo Pereira do Nascimento, ocorrido dia 05/05/96.

Requer, outrossim, que da decisão da

Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 34 anos faleceu o Senhor Geraldo Pereira do Nascimento, que deixou viúva Dona Areli Ferreira Lima do Nascimento e 02 filhos. O passamento do Senhor Geraldo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O extinto era pessoa bastante relacionada, humana e dedicada ao bem comum, sempre prestou relevantes serviços à população sem interesse financeiro tanto no Município de Goioerê como no Distrito de IV Centenário.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Geraldo.

O tempo a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pereira do Nascimento, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Alberto Carraro ocorrido em 08/06/96.

Pequer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente de trânsito, faleceu o industrial Senhor Alberto Carraro, dia 08/06/96 com a idade de 79 anos.

O extinto deixou viúva Dona Santina e 04 filhos, entre os quais o ex-Prefeito de Palmas, Dimorvan Carraro, 09 netos e 08 bisnetos.

O passamento de Alberto Carraro veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre eles, este Deputado.

Os destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma

engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Alberto.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande, o céu e a paz sobre Alberto Carraro, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto a pessoa abatida. Senhor, abençoe a família de Alberto Carraro para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Alberto sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Carraro, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Jornal "O Comércio", de União da Vitória, pela passagem do seu 65° aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Diretor Gilberto Francisco Brittes.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A passagem do 65° aniversário de fundação do Jornal "O Comércio" de União da Vitória, cuja efeméride é saudada efusivamente todos os anos pelos diversos segmentos da sociedade da região sul paranaense, bem como de parte da região do Contestado de Santa Catarina.

O jornal O Comércio fundado em 11 de junho de 1931, pelo saudoso jornalista Herminio Millis, permanece até os dias de hoje como líder municipalista em toda a região. Sua solidez como empresa é outra grande conquista que atesta a segura orientação imposta por suas administrações.

Embasado no conceito e na credibilidade de conquistados, o jornal "O Comércio" tem liderado freqüentemente importantes movimentos na defesa de nossa região Sul e parte da região Norte de Santa Catarina. Paranaenses e catarinenses fora de suas fronteiras estão tendo constantemente informações seguras sobre a região, sempre com o mais elevado objetivo de servir a comunidade. É preciso, porém, que se enfatize o dinamismo do jornal O Comércio como órgão de nossa imprensa e as lutas desenvolvidas em favor das causas sociais. Por esta razão, entendemos que o jornal bem administrado é sem dúvida, nos tempos modernos, a maior força que a mão do homem já empunhou. Esse nosso semanário, tem para com seu público deveres que o inibem de descambar para o sensacionalismo. Órgão essencialmente informativo a ele cabe pôr seus leitores a par dos acontecimentos sem os deturpar ou alterar. Isto vem sendo eficientemente seguido como regra por seus Diretores e Colaboradores.

Reiterando os cumprimentos e as felicitações, extensivos ao quadro de funcionários, colunistas, articulistas e colaboradores, renovamos votos de constante sucesso.

REQUERIMENTO N° 296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao CREA-PR - Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia, alusivos à comemoração dos 62 Anos de Fundação, a realizar-se no próximo dia 11 de junho do corrente.

Pequer ainda que do presente se dê ciência ao presidente daquele Conselho, Engenheiro Orlando Strobel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Zamenhof n° 35, nesta capital.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) OFLANIX PESSUTI

REQUERIMENTO N° 299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de votos de congratulações ao jornalista e empresário Abdo Aref Kudri, do jornal "Diário Popular", pela reeleição ao cargo de presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná, em eleição ocorrida dia 30 de maio do corrente.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Abdo Aref Kudri foi novamente

reconduzido à presidência do sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná por méritos próprios. Ele tem pautado seu trabalho à frente desta importante entidade pela lisura e manutenção dos princípios éticos. A existência do sindicato é a garantia para todos nós, tanto os que estão na vida pública, quanto os que são simples cidadãos, de que os veículos de comunicação impressa em todo o Paraná têm um compromisso com a verdade e o respeito aos direitos individuais e coletivos. E tem sido o trabalho do Dr. Abdo Aref Kudri o responsável pela vigilância à liberdade de expressão em jornais e revistas paranaenses, mas também pela observância das mais mezinhas questões éticas.

REQUERIMENTO N° 300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Moção de Apoio aos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), por decisão exemplar em julgamento de recurso interposto por autor de homicídio no Município de Garibaldi (RS), no momento em que participava do condenável "racha", uma prática entre os jovens que por muitas vezes tira a vida de inocentes transeuntes. Entendeu a Suprema Corte que o autor praticou "homicídio doloso", corroborando decisão do juiz daquela cidade gaúcha.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Este país precisa de cidadãos que cumpram a lei, mas antes disso, de autoridades que se imponham e façam cumpri-la. A decisão do juiz de Garibaldi, no Rio Grande do Sul, pronunciando o causador da morte em consequência de um "racha" como autor de "homicídio doloso", fez a Justiça que certamente familiares e amigos da vítima, junto com toda a população local, esperavam.

E o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o recurso interposto pelo autor, questionando a decisão do juiz, teve posicionamento exemplar. Dentro do espírito da Lei e do Direito, referendou tal decisão, reconhecendo o dolo resultante do "racha" e remetendo o caso para Júri Popular.

REQUERIMENTO N° 285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar a rea-

bertura do Módulo Policial localizado no Alto da Glória ao lado da Igreja do Perpétuo Socorro.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ANTONIO ANNIPELLI

JUSTIFICATIVA:

O Módulo Policial do Alto da Glória, localizado ao lado da Igreja do Perpétuo Socorro está desativado há algum tempo, com isso, vem causando preocupação para a população da região que se vê desassistida do policiamento, pois, tem acontecido frequentemente assaltos, furtos e roubos, inclusive a própria Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro não tem sido poupada, quase que semanalmente, dos amigos do alheio.

Não podemos perder a perspectiva de que o organismo policial do Estado deve ser voltado para a causa da população sem fugir da rigorosa aplicação da Lei.

Pelo desempenho que vem apresentando a nossa polícia, esperamos de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Segurança Pública, a atenção especial quanto a reabertura do Módulo Policial do Alto da Glória, que contribuirá não apenas com a aplicação policial ostensiva e efetiva, mas, principalmente fazendo-a com agilidade, que a sociedade sempre esperou.

A comunidade e a sociedade representativa da região estão apreensivas com tal situação que na verdade tem gerado pânico em toda a população. Temos certeza que, presente e atuante estará a nossa Polícia para em todas as situações garantir a segurança do povo, que assim poderá continuar usufruindo plenamente desse direito.

Por tudo isto, entendemos justa e oportuna a manifestação e apreensão da população do Alto da Glória que temos certeza, será atendida.

REQUERIMENTO N° 279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Armando Paggio, MD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando que no alcance de sua competência seja viabilizado a realização de Exames de DNA para instruir processos de reconhecimento de paternidade, notadamente para pessoas carentes.

Como é sabido o nosso Estado não possui centro competente para a realização do referido exame, assim solicitamos também que nos seja informado sobre a possibilidade de convênio ou solução equivalente com outros centros especializados.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Nos dias de hoje, sabemos que o desen-

volvimento científico tem alcançado índices aceitáveis em reconhecimento de paternidade.

Sabemos também que os exames de DNA dão quase que 100% de certeza no pretendido o que tem facilitado em muito o desejo e o anseio de todos os que se socorrem de justiça.

Por outro lado, por motivo do alto custo do prolatado exame, não se pode atender a todos os que desejam ver satisfeitas suas aspirações e conseqüente solução para seus problemas de reconhecimento de paternidade.

Os mais abastados, economicamente podem usufruir de tal benefício mas os carentes não têm a mesma sorte, daí a nossa preocupação e desejo de tentarmos uma solução para o requerido.

REQUERIMENTO N° 292

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de verificar o motivo pelo qual o ônibus Tanguá - Almirante Tamandaré, não está mais indo até o ponto final. O pedido está sendo feito pelo Senhor Claudécir Pereira de Souza, tendo em vista que ele estuda à noite e como o ônibus não está cumprindo o trajeto por completo, precisa andar uma grande distância até chegar em sua casa. Suas aulas terminam muito tarde e como ele utiliza o ônibus chega em Almirante Tamandaré quase meia-noite, solicita que o problema seja detectado e resolvido, uma vez que o local é muito perigoso e propenso aos assaltos. Seu telefone para maiores esclarecimentos, se necessário, é 338-1458.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 241/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a enquadrar nos cargos integrantes das Carreiras Especial de Advogado do Estado e de Profissionais de Nível Superior, os servidores que efetivamente estejam desempenhando atividades relativas àqueles cargos há mais de três anos, de acordo com a disponibilidade de cargos vagos.

Art. 2° - O enquadramento de que trata o artigo anterior se dará mediante a com-

provação da efetividade do desempenho, através de análise e parecer individual de cada caso por comissão especialmente designada pelo Secretário de Estado da Administração.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a enquadrar na Carreira Especial de Advogados do Estado, os advogados estáveis concursados, pertencentes aos quadros das Instituições de Ensino Superior do Paraná, que estejam no efetivo exercício da função, ficando os respectivos cargos transformados em cargos do nível inicial da nova carreira.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Administração estabelecerá os procedimentos necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(aa) ALGACI TULIO

LUIZ CARLOS MARTINS

JOEL COIMBRA

LUIZ CARLOS ZUK

PROJETO DE LEI Nº 242/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a retroceder ao Município de Pato Branco, a posse do imóvel urbano pertencente ao Estado, situado na sede daquele município, na quadra nº 497, com área de 17.463,00 m² (dezesete mil, quatrocentos e sessenta e três metros quadrados), matriculado sob nº 5.716 do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pato Branco doou ao Governo do Estado, através da Lei Municipal nº 313, de 17 de agosto de 1978, o imóvel situado na quadra nº 497, contendo área de 17.463 m², localizado na sede daquele município.

O imóvel deveria ser destinado para a construção da sede do Centro Social Urbano - CSU. Entretanto o Município de Pato Branco, atualmente, necessita urgentemente de locais para ampliar o atendimento ao povo da região e como o imóvel não recebeu por parte do Poder Público Estadual nenhuma benfeitoria, nada mais justo que o mesmo retorne à sua origem.

Diante do exposto esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 243/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Universidade Estadual de Ponta Grossa a firmar convênio com o Município de Wenceslau Braz, para, sob a forma de Campus Avançado da UEPG, implantar os cursos de Ciências Contábeis, Pedagogia e Letras.

Art. 2º - Caberá ao Município de Wenceslau Braz, entre outras obrigações, destinar o espaço físico para a implantação do Campus Avançado, que ficará sob a responsabilidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, bem como arcar com os encargos financeiros dos deslocamentos e estada dos professores.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a contratar em caráter temporário, através de testes seletivos, os professores necessários à implantação dos cursos mencionados na presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O ensino superior é fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico do País e o seu acesso precisa ser facilitado a todos, principalmente aos que vivem no interior, distantes das faculdades e universidades, que se concentram nas capitais e grandes centros urbanos.

Aqui, no Estado, esse quadro não é diferente, pois as nossas instituições de ensino superior estão implantadas nos maiores municípios, o que obriga os estudantes que concluem o 2º grau - e que quiserem continuar seus estudos - a abandonarem as famílias e os lares à procura de sua realização profissional.

Objetivando mudar este quadro, o Prefeito José Álvaro Gemin, do Município de Wenceslau Braz, está oferecendo à Universidade Estadual de Ponta Grossa espaço físico e transporte aos professores para que instale em sua cidade uma extensão universitária, sob a forma de Campus Avançado.

Para tanto, o município deverá concluir ainda este ano uma ampla e moderna escola com dez salas de aula, biblioteca, dependências administrativas e refeitório,

que serão destinados à UEPG, para ministrar cursos de nível universitário, grande sonho dos jovens e famílias que ali residem.

Segundo levantamento encaminhado pela Prefeitura de Wenceslau Braz, a extensão universitária a ser ali instalada beneficiará, com ensino gratuito, estudantes de 15 (quinze) municípios - que não ficam distantes 50 (cinquenta) quilômetros - possibilitando-lhes estudar em sua região, não perdendo o convívio com seus familiares.

PROJETO DE LEI N° 244/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Estadual Doutor Lamartine Rollo Soares, com sede e foro no Município de Loanda.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, a Escola Estadual Doutor Lamartine Rollo Soares, desde a sua fundação, há mais de 10 anos, vem prestando relevantes serviços à comunidade de Loanda, principalmente aos educandos da Escola Estadual.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com grande prazer e satisfação que nós estamos aqui mais uma vez na tribuna desta Casa, trazendo na Ordem do Dia um projeto de nossa autoria: Projeto n° 338/95. Vou ler o projeto e também a justificativa do mesmo.

"Súmula: dispõe sobre a padronização de cores dos ônibus escolares no Estado do Paraná.

Os ônibus escolares no Estado do Paraná terão cores padronizadas. O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 6 meses a contar da data da sua publicação. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogada a disposição em contrário."

Queria chamar a atenção dos nossos colegas, nobres Deputados, Senhor Presiden-

te. Vou ler a justificativa do projeto.

"Em todos os países denominados de 1° mundo os ônibus escolares são identificados pelas cores uniformes. As cores padrão identificarão os meios de transporte escolares, facilitando o seu uso e a locomoção, em todas as rodovias de nosso Estado a segurança dos escolares sempre será o objetivo de qualquer homem público. E assim, com a referida uniformidade o transporte de estudantes sem nenhuma dúvida será mais seguro."

Com a experiência que tivemos como Vereador, como Prefeito, hoje como Parlamentar nesta Casa de Leis, nós temos uma experiência muito grande. E nós então, sendo conhecedores de todos os problemas que tivemos e que em outros municípios e outros Estados também, nós achamos por bem fazer um projeto de lei regulamentando então a padronização das cores dos veículos que transportam alunos.

Depois, nós tomamos conhecimento de um projeto do nosso companheiro Antonio Belinati, que também Projeto de n° 38/96, que tem quase as mesmas características do nosso e que nós vamos amanhã apresentar um substitutivo para nós também podermos com a apreciação e o apoio de todos os nobres companheiros Deputados, possamos então juntar os dois projetos fazendo com que usamos parte de um e de outro, possamos ter a aprovação então deste projeto de lei que hoje tramita nesta Casa.

Essas são as observações que queríamos fazer, e amanhã nós então entraremos também nesta Casa com o dispositivo desses dois projetos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas.

Recebi uma correspondência da Associação dos Despachantes de Londrina, que pelo seu conteúdo e por me causar uma preocupação, já que conheço profundamente essa atividade em todo o Estado, peço permissão para a leitura do referido documento para que todos dele tomem conhecimento, e muito especialmente a área do Governo, Secretaria de Segurança Pública e o Departamento Estadual de Trânsito para as providências que o caso está a exigir. É o seguinte.

(Lê):

"Associação dos Despachantes de Londrina e Região.

Prezados Senhores Deputados.

Os despachantes de Londrina e Região, representada pela Associação dos Despachantes de Londrina e Região, vem a pre-

sença de Vossa Senhoria ponderar o seguinte:

1 - Estamos preocupados com a política do Diretor Geral do DETRAN-PR, direcionada aos despachantes de todo o Estado do Paraná, pois ele nos tirou o poder de representar o cliente no ato de liberação de veículos apreendidos e o licenciamento de veículos referente ao exercício de 1996, sendo que os licenciamentos dos anos anteriores ficavam a disposições nas Agências do PANESTADO, conforme um calendário pré-estabelecido para pagamento do IPVA e outros encargos (Seguro Obrigatório, Taxa de Licenciamento, Multas, etc), o que não acontece neste ano, pois os documentos estão sendo enviados no endereço dos proprietários dos veículos.

2 - Com a terceirização dos serviços do DETRAN-PR. Tem-se em mente que os proprietários de veículos serão impedidos a procurarem as CIPETPANS para regularização de seus documentos e depois de prontos, serão enviados pelo correio diretamente do endereço indicado pelo proprietário, dando a entender pelo correio diretamente no endereço indicado pelo proprietário, dando a entender com o ato de terceirização dos serviços internos que foi colocada dentro do DETRAN, PR; uma empresa para fazer o serviço que nós despachantes vínhamos fazendo há muito, e o que é mais importante, sem ônus para o Estado.

3 - Senhores Deputados, a mídia em todos os seus sentidos, tem informado que o Estado do Paraná pode sentir-se muito bem com a vinda da Empresa Renault, para o Estado gerando em torno de 2.000 a 3.000 empregos diretos e cerca de 15.000 indiretos, mas com a nova política interna do DETRAN - PR, para os despachantes de trânsito, nota-se que estes estão sendo prejudicados, pois são cerca de 1.250 despachantes em todo o Estado do Paraná, qualificados como empregos diretos e gerando aproximadamente 15.000 empregos indiretos, pois são funcionários que estão empregados com a Carteira de Trabalho assinada, os impostos são recolhidos e estamos contribuindo e muito com o emprego em todo o Estado.

4 - No tocante ao recolhimento do IPVA, junto ao PANESTADO, estão nos exigindo que nos despachantes, tenhamos conta corrente junto ao Banco do Estado do Paraná.

5 - Queremos deixar claro que não somos contrários a nenhum tipo de modernização/informatização, pois sendo assim estaríamos retrocedendo e para tanto a classe, toda ou em quase sua totalidade está com seus escritórios já informatizados, pois firmamos um contrato com o DETRAN-PR. Sindicato dos Despachantes, gerando um custo na instalação, manutenção e instrução de funcionários para uso do equipamento e

tratamento mais personalizados para com o cliente.

6 - Queremos afirmar que temos estruturas para atender perfeitamente nossos clientes e não estão nos deixando realizar nosso trabalho, gerando uma preocupação quanto ao futuro da classe.

7 - Cabe, aqui nesta nota lembrar, que somos profissionais diferenciados na sociedade, pois é o DETRAN que nos credencia, nomeia, treina e permite que tenhamos condições de dar ao usuário um completo e seguro atendimento e esse mesmo DETRAN que agora nos tira as possibilidades de trabalho sério e honesto a toda a população; tirando assim as possibilidades de ganhos para o sustento de nossa família e de outras famílias que depende do nosso trabalho.

8 - Para que tirar o direito de trabalho a um trabalhador que cumpre com seus deveres e obrigações de um cidadão brasileiro?

(aa) Jair Vicente da Silva, Elmo Luiz Mattiello, Emerson Andrade Fibeiro, Edemilson N. Carbonera, José Domingos Calado, Antonio Luiz Calado, Wilson Andrade, Darci A. Calado, Emeri Naor Carbonera, alguns ilegíveis."

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito especialmente o Líder do Governo.

Decidi ler este documento da Associação aqui neste Plenário por duas razões: primeira, porque recebi neste final de semana em Londrina, uma Comissão de Despachantes em minha casa, que foram solicitar deste Deputado que fizesse um pronunciamento, de preferência lesse este documento aqui nesta Casa.

Segundo lugar, para fazer um apelo ao DETRAN do nosso Estado para que, com o nosso apoio, adote todo o tipo de modernização que possa representar a agilização do processo de serviços de trânsito em nosso Estado, mas que, não esqueça de uma instituição que ao longo dos anos foi autorizada, preparada, organizada pelo próprio DETRAN, que são os nossos despachantes, para atender os nossos cidadãos, para servir de intermediário na prestação de serviços, como forma de agilização e prestação de um serviço de qualidade.

Portanto, acho que as autoridades ligadas ao DETRAN do nosso Estado devem se sensibilizar um pouco mais com esta categoria. Falamos muito, Deputado Chab, em geração de empregos, mas muitas vezes, nos atemos a geração de novos empregos, e nos esquecemos de preservar os atuais empregos. E, o que está ocorrendo neste particular, é exatamente isto. Se ignorarmos toda esta história de luta, de serviços que os despachantes prestam ao nosso Estado, e, quando eu falo de Londrina, serve para Curitiba, para Cascavel, Guarapuava,

Foz do Iguaçu, serve para todas as regiões do Estado. Estaremos contribuindo para o aumento do desemprego, na medida que não fortalecemos as instituições que estão prestando serviços à nossa população.

É da mesma maneira, quando ouvimos falar que a Renault vai gerar dois mil novos empregos. É verdade, dois mil empregos nos dias de hoje representam muito, e se tratando de empregos indiretos. Mas, e as pequenas e médias empresas deste Estado que estão fechando, que estão quebrando, que estão falindo por falta de uma linha de crédito, um mínimo de apoio de recursos financeiros dos bancos estaduais ou federais, porque não fazemos isto para preservar, inclusive, o plano emprego, preservamos o funcionamento dessas instituições. De repente, com trinta milhões de reais, Senhor Presidente, é possível salvamos, não dois mil empregos, mas quem sabe, três, quatro, cinco mil empregos que hoje estão na dependência da sobrevivência das pequenas e médias empresas do nosso Estado.

Portanto, acho que este é um assunto que temos que nos debruçar sobre ele, refletirmos sobre ele. É falta muito pouco. Existe muito pouco, o que exige é uma tensão por parte da Secretaria de Segurança, por parte do Departamento Estadual de Trânsito, no sentido de, conviver pacificamente, harmonicamente com a modernização que se avizinha com a descentralização dos serviços, mas também com a ajuda, com trabalho e dedicação desses parceiros do DETRAN, que são os despachantes do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Senhor Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente.

(Lê): "Quando cheguei nesta Casa, para exercer o mandato que a população me outorgou, trouxe comigo, como uma das minhas principais bandeiras de luta, a defesa intransigente da agricultura e de outras atividades ligadas à terra.

Nascido e criado no interior, trago ainda frescas na memória as lembranças dos tempos vividos em meio às várzeas, aos campos, estábulos e cocheiras. Aprendi a admirar e respeitar aqueles rostos vincados pelo sol inclemente ou machucados pelo frio intenso. Braços e pernas fortes, a sulcar metro a metro a terra que dá o alimento. Sorriso aberto, o palheiro no canto da boca, muitas histórias e "causos" para contar. Coração mole, sempre pronto a ajudar quem precisasse. E, no dia seguinte, antes que o sol raiasse, lá estavam eles de novo a produzir o alimento que iria saciar a fome dos seus irmãos. É essa a ima-

gem da minha infância e adolescência, que trago viva ainda hoje. Mas, infelizmente, a cada dia que passa, a lembrança é um quadro pendurado na parede, como diria o poeta.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A agricultura, no Brasil, não vem sendo tratada pelas autoridades federais com a seriedade que precisa e merece. Uma situação que vem de longe, mas agravada no atual Governo, presidido pelo Senhor Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, nas últimas três décadas, os descabros e descaminhos dos sucessivos Governos resultaram num irremediável desastre para a agricultura, com reflexos principalmente na mini, pequena e média propriedades, que estão desaparecendo a passos largos, engolidas com avidez pelos tubarões da terra.

É doído demais ver a agricultura brasileira na UTI, à beira da morte, este segmento tão importante para a economia nacional. Dói ainda mais quando presenciarmos o degradante espetáculo de verdadeiros esqueletos humanos expulsos do campo, esmolando nas cidades. É irritante, nesse quadro desolador, assistirmos os sucessivos Governos insistindo na política dos discursos demagógicos, dos projetos especiais, dos programas técnicos, e de concreto, nada. Absolutamente nada, a não ser o agravamento da crise, acentuada no atual período.

A primeira e mais nefasta consequência desse incompreensível descaso dos nossos governantes para com as questões fundiárias está claramente refletida no aumento da violência urbana, no inchaço das cidades, no desemprego, e na degradação total dos valores da cidadania. Além, é claro, do incremento da violência no campo, já assustadora.

É entristecedor para nós, brasileiros, assistir o Presidente Fernando Henrique ser hostilizado em terras estrangeiras, por manifestações populares de protestos e declarações de "persona non grata" em razão dos conflitos no campo, em que a violência das armas substituiu as enxadas da produção. É vergonhoso vermos nosso poliglota Presidente da República ser cobrado lá fora em sua política agrária, e nada ter a dizer, porque, na verdade, essa política simplesmente não existe. Existe sim, o discurso a que já me referi, inócuo e sem nada de prático.

O então candidato Fernando Henrique Cardoso, durante a campanha presidencial, costumava espalmar a mão para dizer que a agricultura era uma das cinco prioridades do seu governo. Agora somos nós que espalhamos a nossa mão para gritarmos: basta! O Governo Federal se concentra única e exclusivamente na busca incessante do controle do processo inflacionário. Com isso,

esmagar, pisoteia e achincalha a atividade produtiva nacional. A agricultura se cansou de ser a armadura do real, se exauriu na condição que lhe foi imposta de ser o suporte da estabilidade econômica. É a hora do basta.

De que adianta perseguirmos o status de País de primeiro mundo, se para isso milhões de brasileiros estacionaram suas vidas nas curvas da desesperança, do desencanto, da marginalidade e da miséria total. É preciso que ninguém esqueça do fato de que, num País com vocação agrícola como o Brasil, se a agricultura vai mal, a economia nacional como um todo padece. Aí todos pagam, principalmente os inocentes e os deserdados.

Na esteira da ausência de uma política agrária com regras claras, definidas e duradouras, vêmo-nos na contingência de convivemos com uma das mais graves situações que afetam o cotidiano do brasileiro, o que por isso carece de uma solução emergencial. Trata-se do problema fundiário, hoje exacerbado nas invasões de propriedades incontrolláveis, que pipocam diariamente por este Brasil afora. O Paraná, para tristeza de todos nós, com toda essa vastidão de terras agricultáveis, abriga milhares de sem-terra. Para se ter uma pálida idéia da extensão do problema: em apenas um mês foram invadidas 8 fazendas, produtivas ou não, em nosso Estado. Uma situação alarmante, extremamente preocupante, porque pode significar que estamos entrando na ante-sala de uma convulsão social. E desta tribuna, venho a tempo alertando para a gravidade da situação, se medidas urgentes não forem tomadas para conter o processo.

Consciente do seu papel - entre outros - de porta-voz dos anseios populares e guardião da normalidade democrática, esta Casa tem se destacado junto à opinião pública ao assumir atitudes e posições firmes e intransigentes na defesa dos direitos dos cidadãos, da ordem constitucional, mas, principalmente, na busca de solução negociada em situações de litígio e confronto.

Mesmo que constitucionalmente não tenha atribuição para tal, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através da sua Comissão de Terras, Imigração e Colonização, assumiu de fato o difícil e penoso trabalho de promover o entendimento para resolver de forma pacífica a delicada questão da invasão, por mais de 3 mil famílias, da Fazenda Pinhal Ralo, em Rio Poinito do Iguaçu, ocorrida no dia 17 de abril passado. Trata-se, simplesmente, da maior invasão de terras já verificada no País. Os antecedentes já conhecidos apontavam para uma carnificina, caso uma ação conciliadora não fosse imediatamente deto-

nada. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assumiu, publicamente, essa missão, de imediato, sem hesitação.

Foram convocados invasores e proprietários para, na presença de representantes do Governo, do Ministério Público e de segmentos da sociedade civil organizada, colocarem frente a frente, na mesa de negociações, suas razões e seus direitos, de maneira civilizada e ordeira, todos conscientes de que o momento exigia muito de seriedade e prudência. Era preciso muita cautela, pois a iminência do caos estava presente. De um lado, empresários armados, dispostos a lutar pelo seu direito de propriedade. De outro, lavradores buscando um pedaço de terra, dispostos a lutar pelo seu direito de trabalhar. Interesses legítimos de parte a parte, mas divergentes na circunstância do momento. Pelo menos até a presente data, a Comissão de Terras desta Casa conseguiu conduzir de forma harmoniosa o processo de negociação entre as partes envolvidas no conflito.

Não resta dúvida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que o momento difícil que atravessa o País nos vários campos das conquistas sociais exige que todos, com um mínimo de responsabilidade, lancemos mão do que dispomos, por pouco que seja, para solucionar ou pelo menos minimizar os efeitos desta situação. Até porque do Governo Federal só temos presenciado gestos, intenções, palavras. Reconhece publicamente que os problemas existem, mas soluções concretas, nada.

Mas, o Governo do Estado do Paraná também não pode ficar achando que o problema é só dos outros, que nada pode fazer. Pode sim. É claro que com força de vontade, determinação, criatividade, o Governo do Paraná pode colaborar e muito para que alguns dos problemas possam ser melhor administrados. O Governo Estadual pode perfeitamente incentivar o apoio à pequena propriedade, criar créditos rurais facilitados, liberar recursos para o programa de calcário. É preciso, enfim, investir firmemente no meio rural, como forma de cortar o mal pela raiz.

É indispensável o investimento na atividade agrícola, no agricultor. Não falo do fazendeiro que adquire propriedades para fins especulativos, pois que esse é o gigolô da terra. Não falo do latifundiário que toma dinheiro emprestado de estabelecimentos oficiais e tem sua dívida perdoada, pois que esse é gigolô do sistema financeiro. Falo, sim, do lavrador que teve sua propriedade tomada pelo Banco, porque a seca, ou a chuva, ou a geada, ou a praga, não permitiu que ele honrasse seu compromisso. Falo, sim, do agricultor que teve suas terras invadidas pelas águas de alguma hidrelétrica e foi expulso para a

cidade, engordando o contingente dos miseráveis urbanos. Falo do pequeno agricultor que teve sua propriedade absorvida pela avidez insaciável do grande proprietário rural.

Para finalizar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, permito-me externar um posicionamento pessoal a respeito da questão fundiária no Brasil. Não pode ser mais adiada a deflagração de uma ampla, séria, ponderada e justa reforma agrária neste País, para com ela buscarmos e alcançarmos a justiça social no campo. Para com ela, o Brasil produzir alimentos, gerar empregos, circular riquezas e trazer felicidade a tantas pessoas que nem esperança já possuem.

Entretanto, não podemos de forma alguma confundir reforma agrária com desrespeito às instituições, ao direito de propriedade, com invasões indiscriminadas e sucessivas, que só contribuem para o agravamento da violência, do caos, na área rural. Podemos até aceitar a invasão como forma de pressão, mas, ainda que sejamos simpáticos à causa, não podemos compreendê-la ou justificá-la tal como está acontecendo nos dias de hoje, para satisfazer interesses sempre escondidos e inconfessáveis.

Está se usando criminosamente a boa-fé do trabalhador rural. Este não é acostumado a depredações, vandalismo e atos de violência. Ele tem apenas a vontade de ter a terra, o desejo de poder trabalhar, o sonho de criar e sustentar sua família. O produtor rural quer usar a enxada para arar a terra, não para brandi-la ameaçadoramente. Usa o facão e a foice para cortar o mato, não para apontá-los contra o peito de um desafeto, que nem desafeto é. É um trabalhador como ele, só que do outro lado.

No bojo das questões fundiárias, o agricultor sem-terra acaba sendo usado para sustentar uma luta que só faz aumentar o problema, crescer a tensão e tornar sempre iminente mais um derramamento de sangue. É a hora do basta, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ninguém, em sua consciência, tem o direito de assistir passivo o homem do campo acabar servindo como massa de manobra. Se a reforma agrária definitivamente não sair do papel, então realmente já entramos na ante-sala da convulsão social. Que fique registrado mais este alerta.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário do Grande Expediente, horário da Lideranças, PPP com a palavra, PMDB, PTE, PT, com a palavra o Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Ora está ocorrendo em Istambul a Conferência Internacional sobre Habitação, na qual se encontram vários Prefeitos brasileiros, inclusive da nossa Capital e se encontram alguns Governadores, e entre eles o nosso Governador Jaime Lerner.

Nesse momento, em que o mundo se volta para Istambul, para discutir projetos administrativos, de uma maneira geral, e para discutir a questão da habitação em específico. Temos representando nosso País, 18 projetos urbanos, desses 18, a metade são de administrações do Partido dos Trabalhadores que ocupam somente cerca de 37 Prefeituras no nosso País.

As administrações do PT são exemplos para o mundo e ora em Istambul, apresentam à comunidade internacional esses projetos, projetos estes que foram selecionados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo de Fernando Henrique Cardoso, Governo neoliberal.

Enquanto as administrações petistas administra para a maioria da população, de maneira democrática e expõe seus programas em Istambul, as administrações de marketing político, as administrações de propaganda, como a do nosso Estado e da Prefeitura de Curitiba, não tem nenhum projeto selecionado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento da República Brasileira. Nenhum dos projetos de marca, porque não nenhum. Não foi porque os técnicos do Ministério do Planejamento e Orçamento visam o que foi feito e não fazem avaliação de propaganda. E a propaganda fica claro quando caminhamos por este Estado, ou por esta cidade.

Temos constatados várias ocupações de terras pelo Estado do Paraná afora por falta de uma política de atendimento aos trabalhadores rurais, por falta de uma política de atendimento àqueles que vivem na periferia das cidades, que tenham ocupado constantemente terras, principalmente na região metropolitana.

Município de Almirante Tamandaré, nos últimos 50 dias teve cerca de sete ou oito ocupações de terra. Municípios de Colombo, recentemente teve uma ocupação de terra que foi desocupado pacificamente pela polícia militar do nosso Estado ao atender uma ação de despejo. Aqueles que estavam sobre a terra que de lá foram despejados, acampanharam em uma rua do Bairro Zumbi em Colombo. Estão praticamente ao relento, cerca de 3.000 pessoas, Senhores Deputados. Sem comida, sem cobertores. Tanto é que recentemente numa noite dessas uma Senhora queimou-se porque estava aquecendo-se a beira de uma fogueira. O proprietário da terra aonde estavam acampados aqueles sem-teto, disse que contrataria empre-

sas de segurança para que sua terra não fosse novamente ocupada. Não bastasse isso, ontem pela manhã, 06:00 hs. da manhã, carro dirigido por pessoa civil e cerca de 6 a 8 carros da Polícia Militar do Estado do Paraná com homens fardados e com o nome coberto para não serem identificados e armados invadiram o acampamento e espancaram cerca de vinte pessoas, entre as quais crianças, sendo que duas foram atendidas no Hospital do Cajuru, e uma dessas pessoas deve que ser atendida no Pronto Socorro do Maracanã, no próprio Município de Colombo.

Consultado o Comando da Polícia Militar disseram, que não foi ordem policial e hierarquicamente superior e que foi ação local de policiais.

Provavelmente, são maus elementos desta Polícia Militar cometendo atos de vandalismo, cometendo atos de violência a serviço dos senhores de terras da região metropolitana.

Desta Tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores, cobramos do comando da Polícia Militar do nosso Estado que verifique quem cometeu esses atos, quais foram os responsáveis, seja o que mandou ou seja o que cometeu o ato de violência, que sejam punidos com a exclusão da Polícia Militar do nosso Estado, que ela não merece esse tipo de indivíduo, de elementos que se nega a chamar de cidadãos.

Se no meio de uma ocupação, não importa qual seja, se tiver um ou outro que seja bandido ou ladrão, ou qualquer coisa, vão e prendam-os, mas não espanquem inocentes como fizeram elementos da Polícia Militar do nosso Estado. E se isso está ocorrendo, significa que o Secretário de Segurança Pública o Sr. Cândido Martins de Oliveira, perdeu o controle dessa polícia. Perdeu todo e qualquer respeito que tinha com essa polícia. Ou se apure os fatos e puna, ou inclusive, este Secretário peça demissão, porque não pode se repetir fatos como esses em local nenhum do nosso Estado. Porque, são pessoas trabalhadoras, desempregados que não têm onde viver e que não tendo onde morar, eles têm que arrumar um lugar e se estão pacificamente em seus barracos, não tem que Polícia Militar nenhuma estar a serviço, seja organizadamente ou individualmente a serviço dos donos das terras da região metropolitana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário do PT.

Com a palavra o PSDB; PTB; PFL e Liderança do Governo (Todos Declinam)

Encerrado o Horário das Lideranças, Passamos à

Com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, of. ATV6005/96 subscrito pela Sra. vice-Governadora, constante do expediente, solicitando licença do cargo de vice-Governadora do Estado, para tratar de assuntos particulares, no período compreendido, entre os dias 9 e 20 do corrente mês. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - OFÍCIO: coloco em votação, solicitação de licença pela ilustre vice-Governadora Emilia Salles Belinati. **Aprovado.**

Proposta de Emenda à Constituição de autoria do Deputado Nelson Justus, com apoio: Aberto o prazo para o oferecimento de Emendas por três dias, nos dias 04, 05 e 07 do corrente mês.

Solicitada a composição da Comissão Especial à Reforma a Constituição, que será a seguinte:

PTB, Nelson Justus.

PPE, Trondi Pugliesi.

PMDR, José Tavares.

PDT, Valdir Rossoni.

PSDB, Beto Richa.

Quero solicitar a ilustre Comissão que se reúnam para indicar a sua Presidência e o seu relator.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Esta Comissão Especial analisará todos os projetos que tratam de Emenda Constitucional ou especificamente uma só?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Só essa, especificamente.

Só a Emenda que se refere, de autoria do Deputado Nelson Justus. (Lê Emenda).

O SR. IRINEU COLOMBO - Faço um apelo a V.Exa., já havia feito contato com o Deputado Anibal Khury, que tenho também uma Emenda que acresce o princípio da economicidade. O termo economicidade é da Constituição do Estado do Paraná, haja vista que há necessidade de aprovação desse princípio, para a tramitação de um projeto de minha autoria, que trata da regulamentação desse princípio. Então, se há a possibilidade, também essa mesma comissão, haja vista que o projeto não tem polêmica, apenas redundando num efeito positivo do ponto de vista dos princípios da ordem democrática e econômica do Estado, o princípio da economicidade, apelo a V.Exa., em conjunto, em consonância com a Mesa, que seja analisado também o meu projeto de lei, que conta a assinatura da grande maioria do Plenário, inclusive da Mesa Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encaminho ao Departamento Legislativo para

fazer essa sua sugestão, que realmente será vista essa possibilidade.

Pela ordem, concedo a palavra primeiramente ao Deputado Toti Colaço e, em seguida, ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento, solicitando de V.Exa. a inversão da ordem da votação da mensagem, que se encontra hoje, aí, a ser votada logo em seguida. A inversão da pauta. Chega um requerimento logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Logo que chegar, estaremos colocando para votação e apreciação dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para que pudesse ser informado, o critério da indicação dos membros dessa comissão, foi utilizado qual critério para que essa lista de Deputados fosse formada?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Internamente, a cada bancada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Na bancada do PMDB, essa questão não foi discutida. Mas, depois, me entendo com o nosso líder.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Foi trazido à Mesa o nome do Deputado José Tavares.

Ofício nº 2518/96 subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando Anteprojeto de Lei Orgânica do referido Tribunal. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Luiz Carlos Martins, Joel Coimbra e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Peto Picha, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, acima

aprovado, conseqüentemente invertida a Ordem do Dia:

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Pró-Escola no Estado do Paraná, disciplina a utilização e inserção de publicidade no material escolar, equipamentos e instalações escolares da rede pública de ensino e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.F.. (Publ. no D.A. nº 23, de 26.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 088/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa Pró-Escola no Estado do Paraná, disciplina a utilização e inserção de publicidade no material escolar, equipamentos e instalações escolares da Rede Pública de Ensino e dá outras providências.

Após a análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal e regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATTI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 088/96

PARECER:

RELATÓRIO:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa "Pró-Escola" no Estado do Paraná, disciplinar a utilização e inserção de publicidade no material escolar, equipamentos e instalações escolares da Rede Pública de Ensino e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO:

O plano de lei em tela nasce como instrumento de complementação dos recursos empregados pelo Governo à educação e tem por escopo instituir o programa "Pró-Escolar", bem como, disciplinar a utilização de espaços publicitários disponíveis no material escolar a ser fornecido pela FUNDEPAR aos estudantes das escolas da Rede Oficial de Ensino, associando empresas privadas à ação governamental na área educacional, com vistas à melhoria das condições e da qualidade de ensino oferecido aos alunos de 1º e 2º graus, das escolas

públicas.

CONCLUSÃO:

É absolutamente indispensável lançar mão de todas as salvaguardas legalmente possíveis para que não haja nenhum escape para o uso negativo e, principalmente eleitoreiro, do projeto de lei em análise, ao se transformar em lei.

A idéia do projeto de lei é boa, apesar de todas as perigosas armadilhas que traz dentro de si.

Em face do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em análise.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.06.96.

(aa) PÉRICLES MELLO

JOSÉ MARIA FERREIRA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Colombo.

O SR. IPINEU COLOMBO (Para Encaminhar) -

Queremos manifestar o nosso posicionamento contrário ao projeto de lei, porque entendemos que nos patrimônios públicos, não devemos começar a confundir e de repente colocar propaganda de motel, de remédio. Enfim, não podemos permitir esse tipo de coisa, que venha acontecer nos ambientes públicos.

Por mais que pareça interessante a idéia, acho, que a educação, sendo uma das linhas básicas, primeiras de atuação do Estado, seja o Estado um largo senso federal ou uma Unidade da Federação, como o Estado do Paraná, a educação tem que ser laica, tem que ser livre das pressões externas, tem que ser totalmente independente do ponto de vista de interferência econômica.

Portanto, o projeto não atenta para isso, da independência pedagógica, da independência do ensino e dos cofres públicos, especialmente que tratam da escola.

Por isso, estamos votando contrário a esse projeto de lei, e amanhã apresentaremos Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação, os Senhores Deputados que aprovam a constitucionalidade do projeto permaneçam como estão. **Aprovado.** Com a ressalva do ilustre Deputado Colombo.

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Executivo a criar uma Delegacia de Polícia especializada em acidentes do trabalho em Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 181/95, de

11.12.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 554/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Ricardo Chab, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar uma Delegacia de Polícia Especializada em Acidentes de Trabalho em Curitiba.

Elaborado em conformidade com os pré-requisitos regimentais e considerando o alto alcance social que envolve a matéria e, ainda, tratar-se de proposição meramente autorizatória, nada há que obste sua normal tramitação, do ponto de vista legal, razão que nos leva a opinar favoravelmente à aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 554/95

P A R E C E R:

Para análise nesta Comissão, o projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Delegacia Especializada em Acidentes do Trabalho de Curitiba.

Entendemos de grande alcance social a presente iniciativa, pois o mérito é inegável; já há muito tempo existe uma ansiedade por parte do Ministério Público pela morosidade dos processos a nível de investigação através da Delegacia de Homicídios - que não possui condições e pessoal para apurar as denúncias.

Apesar de sabermos que o presente projeto possui apenas caráter autorizatório, esta Comissão é de parecer favorável a que o presente projeto realmente prospere no sentido de sensibilizar os Senhores Deputados e o Exmo. Senhor Governador do Estado, pois ganhará o trabalhador e o Ministério Público.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.96.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Executivo Estadual a planejar e construir o Centro de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo do Norte do Paraná no Município de Londrina, Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. E C.S.P.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 147/95, de 30.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 458/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a planejar e construir o Centro de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo do Norte do Paraná, no Município de Londrina.

Tal proposta é de grande alcance social, pois reabilitando-se o dependente, beneficia-se também sua família, reintegrando a todos ao convívio com a comunidade.

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, conclui nada haver que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 458/95

P A R E C E R:

A proposição supra, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, autoriza o Poder Executivo a planejar e construir o Centro de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo do Norte do Paraná, em Londrina.

Trata-se de projeto autorizatório e dependente de estudo para viabilizar a obra. Portanto, cabe ao Executivo, a última palavra. Todavia, sob ótica desta Comissão, e considerando o mérito da proposição, representativa de elevado alcance social, manifestamo-nos favoravelmente à presente proposição, recomendando sua normal tramitação neste Poder.

Sala das Comissões, em 16.05.96.

(aa) DIRVAL AMARAL - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 458/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, que solicita ao Poder Executivo a realização de uma obra, que visa construir um Centro de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo, no Município de Londrina, tem apenas caráter autorizatório para planejamento.

Não encontrando nada que afronte a constitucionalidade, somos de parecer favorável à normal tramitação do presente projeto de lei.

Este é o meu parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.95.

(aa) GERALDO CAPTÁRIO - Presidente
MILTON PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 458/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, planejar e construir o Centro de Tratamento de Dependência Química e Alcoolismo do Norte do Paraná, com sede no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Entendemos que referida medida é de grande alcance social, pois no nosso entendimento, reabilitando-se o dependente, estará se beneficiando sua família, a sociedade, e conseqüentemente reintegrando o mesmo ao convívio com sua comunidade.

Assim é, que esta Comissão de Saúde Pública chamada a opinar, conclui nada haver que possa obstar na normal tramitação do presente projeto de lei por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
JOCELITO CAMO - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 449/95, de autoria dos Deputados Doutor Rosinha, Emerson Nerone, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni e Luiz Claudio Romanelli, que institui o Fundo Estadual de Habitação, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 449/95

P A R E C E R:

1 - O presente projeto de lei de autoria dos nobres Deputados Doutor Rosinha, Emerson Nerone, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni e Luiz Claudio Romanelli, objetiva a instituição do Fundo Estadual de Habitação e a criação do Conselho Estadual de Habitação.

2 - O art. 23, IX, da Constituição Federal dispõe que:

"É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico".

A mesma vem repetida pelo art. 12, IX, da Constituição do Estado do Paraná.

Sob esse aspecto, pois, o projeto é adequado, atende-se completamente à Constituição.

3 - Trata-se, na verdade, de projeto

de lei complementar, porque regulamenta dispositivo da Constituição Estadual.

Nesse ponto, está adequado ao art. 65 da Constituição Estadual.

4 - Para a criação do Fundo Estadual de Habitação, destina-se uma cota de 2% do ICMS da dotação orçamentária estadual.

A princípio, veda-se qualquer vinculação de receita. Entretanto, essa mesma vinculação é permitida quando se trata de receita prevista no plano plurianual, ou quando se refere à repartição de produto da arrecadação dos impostos do estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias. É aqui que se enquadra a criação do fundo e a destinação de 2% do ICMS a sua formação, não havendo, pois, nenhum óbice constitucional sobre essa vinculação.

5 - Quanto à oportunidade do projeto, vem ele em boa hora, quando a demanda por habitações cresce sensivelmente, enquanto diminui a oferta de residências baratas para a locação.

O Estado do Paraná não poder ficar de braços cruzados, vendo crescer as cidades de lona. É preciso que ele esteja na vanguarda do atendimento a toda a sua população, abrindo a possibilidade de uma residência digna a todo o trabalhador desta terra.

O presente projeto se estabelece como uma abertura para a realização de aspirações e pretende criar a estrutura de coordenação e desenvolvimento de uma política habitacional realista, coerente, possível e transparente.

6 - Faz-se apenas, pequena ressalva quanto a alguns aspectos de redação, cujo aprimoramento (como a transformação dos arts. 1 a 9 de cardinais em ordinais, ou a substituição, no art. 6º, VII, de "requisito", por "requisição") se fará ao longo da tramitação e na fase de redação final.

7 - Quanto ao mais, o presente projeto está em condições legais de continuar sua tramitação nesta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 449/95

P A R E C E R:

De iniciativa conjunta dos Deputados Doutor Rosinha, Emerson Nerone, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni e Luiz Claudio Romanelli, o projeto de lei em pauta visa instituir a Política Estadual de Habitação, criando, para tanto, o Conselho Estadual de Habitação e o Fundo Estadual de Habitação.

São inquestionáveis os aspectos positivos que recomendam a sua aprovação.

Contribuirá para minorar não só o problema crônico da falta de moradias, como também será de grande valia até para a geração de empregos diretos e indiretos. E o desemprego é também uma infeliz realidade que está afligindo uma parcela cada vez maior da população.

Ao ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, em que pese a vinculação de receita, o referido projeto de lei recebeu parecer favorável, pois diz respeito à repartição da arrecadação do Estado, no que se refere ao ICMS.

Diante do exposto, somos também favoráveis à sua normal tramitação, com as ressalvas propostas pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 449/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, encontra amparo legal na Constituição Federal e Estadual.

Por este motivo somos de parecer favorável à normal tramitação do presente projeto.

Reportando-nos ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça, quanto a redação dos artigos 1 a 9, somos pela nova redação.

Sala das Comissões, em 06.12.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

MILITINHO PUPPIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Há no mesmo projeto um requerimento pedindo adiamento por 10 sessões. Em discussão.

Concedo a palavra Pela Ordem ao Senhor Dr. Rosinha, para encaminhar a votação.

O SR. DR. ROSINHA - Requerimento de quem, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Requerimento do Deputado Algaci Túlio, requer a retirada por 10 Sessões do item n° 06, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier, Emerson Nerone, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni e Luiz Claudio Romanelli.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Presidente, com o entendimento da Liderança com os autores do projeto, aprovamos hoje em 1.ª discussão, e amanhã sim o projeto deixará de constar da Ordem do Dia, segundo entendimento com o Deputado Florisvaldo Fier, e aí amanhã entrará esse meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Retirado com autoria, amanhã retorna o requerimento.

Em votação.

Em discussão.

Os Senhores Deputados que aprovam a 1.^a discussão permaneçam como estão. Aprovado.

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 366/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que dispensa o uso de cinto de segurança nos municípios paranaenses com menos de 20.000 habitantes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 116/95, de 18.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 366/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Walmor Trentini, tem por objetivo a dispensa de cinto de segurança em municípios com menos de 20.000 habitantes.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PROJETO DE LEI N° 366/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Walmor Trentini, tem como objetivo dispensar o uso do cinto de segurança nos municípios do Estado do Paraná com menos de 20.000 habitantes.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, eis que o Nobre Par bem demonstrou em seu Projeto de Lei a indispensabilidade da obrigatoriedade da utilização de cintos de segurança em municípios com menos de 20.000 habitantes, principalmente face a quase inexistência de zonas urbanas onde poderia haver grande circulação de veículos e, portanto risco para os motoristas e passageiros dos mesmos. Por outro lado, tendo em vista que a dispensa do uso do cinto restringe-se às zonas urbanas dos mesmos, não envolvendo rodovias de qualquer tipo, clara também fica a exatidão do projeto.

Assim, o projeto de lei, no presente caso, aponta no sentido do atendimento ao bem comum, devendo portanto ser aprovado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 01.04.96

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

ANGELO VANHONI - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei n° 366/95.

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 347/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a Conceder Incentivos Fiscais às empresas privadas que contratarem pessoas portadoras de Deficiência Física, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no DA n° 106/95, de 30.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 347/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, tem por finalidade, autorizar o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais às empresas privadas que contratarem pessoas portadoras de deficiência física, conforme específica.

Procedida a análise constitucional, legal, e regimental da matéria, encontra-se a mesma em condições de prosseguir sua normal tramitação processual legislativa.

Neste sentido, nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 347/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, tem o objetivo de autorizar o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais às empresas privadas que contratarem pessoas portadoras de deficiência física, conforme está no texto da matéria.

Verificada a análise constitucional, legal e regimental da iniciativa, encontra-se a mesma em condições de prosseguir sua normal tramitação processual legislativa. E por tratar-se de uma matéria meramente autorizatória, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.96

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator.

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 338/95, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que dispõe sobre a Padronização de Cores dos Ônibus Escolares no Estado do Paraná. Anexo Projeto de Lei n° 038/96 - Autoria do Deputado Antonio Pelinatti. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 104/95, de 28.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 338/95

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Edno Guimarães, tem por objetivo a padronização de cores nos ônibus escolares do Paraná.

Já existe na capital paranaense, Lei Municipal que dispõe sobre normatização do transporte escolar, sob n° 7.559/90, regulamentada pelo Decreto n° 0361/91.

Afora esta lei, inexistente no Estado dispositivo legal, tratando de assunto, muito menos no País.

Portanto, de acordo com os artigos 23. XII, art. 24, § 1°, § 2°, § 3° e § 4° da Constituição Federal, há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 18.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A padronização de cores de ônibus escolares, sem dúvida alguma é uma grande idéia do nobre Deputado, pois identificará aquele meio de transporte.

Por sermos de acordo com a presente lei, somos de parecer favorável à tramitação normal nesta Casa, haja vista a mesma encontrar amparo legal na constituição federal.

Este era nosso parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.95

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
MILITINHO PUPPIO - Relator.

ITEM 02

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 160/96, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que Declara de Utilidade Pública a Fundação de Proteção à Infância e Adolescência - FPIA, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Apreciar neste turno emenda apro-

vada em 2.^a Discussão.

Apreciando a Emenda Aprovada em 2.^a Discussão. Em votação a Emenda. Em discussão. **Aprovada** e conseqüentemente incorporado no bojo do Projeto n° 160/96.

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 149/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 039/96, que autoriza o Poder Executivo a Constituir uma empresa vinculada à Secretaria da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima, denominada Parana Investimentos S.A., com sede em Curitiba e com Capital Social no valor de R\$ 900.000.000,00 conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com EMENDA da C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER da C.C.J.. Em REGIME DE URGÊNCIA.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE N° 07
PROJETO DE LEI N° 149/96

O art. 5° da proposição em epígrafe passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5° - A administração, social da Empresa será exercida por um Conselho de Administração composto pelos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria e Comércio e Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado do Governo e Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, presidido pelo primeiro".

Acresce ao final do artigo 7° do projeto em análise a seguinte expressão:

"Art. 7° - ... após prévia aprovação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná."

Substitui a redação do art. 9° da proposição em tela, pela seguinte:

"Art. 9° - As adaptações orçamentárias decorrentes da presente Lei serão submetidas a autorização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Acresce mais um artigo, art. 10 seguinte:

"Art. 10 - Os recursos arrecadados com a empresa, objeto da presente Lei, serão destinados aos setores de saúde, saneamento, educação e desenvolvimento energético.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(aa) DOUTOR ROSINHA

EMERSON NEPONE

ANGELO VANHONI

IRINEU COLOMBO

e PÉPICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa corrigir as inconstitucionalidades e ilegalidades do projeto de lei proposto pelo Executivo. A exemplo do art. 5°, suprime as últimas frases, que dispunham sobre o acréscimo de dois membros na Diretoria, cuja competência seria

fixada em Estatuto Social. Impossível o Poder Legislativo avaliar e avalizar algo sem saber do que se trata, além de afrontar ao papel fiscalizador deste Poder, representa uma imoralidade.

Ao artigo 7º da mesma proposição, a emenda acresce a expressão "após prévia aprovação da Assembléia Legislativa", em virtude de exigência de legalidade e controle por parte do Legislativo, sobre o que é vinculado a recursos públicos.

O artigo 9º foi modificado inteiramente pelas razões que seguem:

1º) fere frontalmente os artigos 167, incisos VI e VIII da Constituição Federal:

Art. 167: São vedados:

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165 § 5º.

2º) O disposto no art. 9º do projeto 149/96 inviabiliza, pela sua redação, o controle da execução orçamentária pelo Legislativo, afrontando o disposto no art. 81 da Lei 4.320/64.

3º) A implementação do que a redação original do art. 9º trata, fere também o art. 40 da Lei 4.320/64, que define o que é considerado crédito adicional, ademais a Constituição Federal proíbe a abertura de créditos ilimitados. Dessa forma, não há como se aprovar a presente matéria sem alterações.

Art. 170 - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

Esperamos com estas sugestões sanar as inconstitucionalidades e ilegalidades do texto proposto pelo Governo Estadual, apesar de ainda considerarmos a constituição dessa empresa desnecessária, haja vista não constituir relevante interesse coletivo.

A Paraná Investimentos não conta nem com o elemento humano gerador do trabalho, porque não terá quadro próprio de funcionários. Parece-nos mais uma instituição destinada unicamente a realizar fins políticos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje esta Casa está votando em 2ª Discussão um projeto que cria uma em-

presa chamada Paraná Investimento.

Muito bem, esta Casa, desde o final do ano passado se debruçou na discussão sobre o valor que deveria ser posto à venda das ações da COPEL. Quando o governo verificou que era insustentável publicamente se vender as ações da COPEL a preço vil, encontrou esse mecanismo.

E vejam, Srs. Deputados, Sr. Presidente, a gravidade que é a constituição dessa empresa, Paraná Investimento, porque com exceção das dispensas correntes que foram contempladas nestas Emendas que a Casa citou, tudo mais pode ser dado num cheque em branco - que na verdade está preenchido - até o limite de 900 milhões de reais, que o governo pode emitir em debêntures que serão conversíveis em ações, que são as ações da COPEL. É uma forma disfarçada de vender as ações da nossa Companhia de Energia. E a gravidade é que, além de vender essas ações, pelo preço que elas estarão estabelecidas na época da conversão dessas debêntures. Debêntures é como uma Nota Promissória com prazo fixo para ser resgatado, esse Governo deverá emitir essas debêntures com no mínimo 3 anos e um mês, três anos e dois meses, que é na verdade o período que vai explodir justamente num outro Governo.

Então vejam a gravidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esta Casa aprovou empréstimos da ordem de 1 bilhão e cem milhões de reais o ano passado. Agora, assinaremos embaixo da contratação de mais um empréstimo, desta feita, 900 milhões de reais. Dá dois bilhões de reais de empréstimos que estão sendo contratados. Se considerarmos que a dívida do Paraná hoje é de um bilhão e quatrocentos milhões de reais, ficaremos ao final desse Governo com a dívida do Estado sendo exatamente igual a um orçamento fiscal do Estado do Paraná.

Então Sr. Presidente, Srs. Deputados, criar a empresa para emitir debêntures é na minha avaliação, um ato extremamente lesivo ao interesse público. E vejam bem o Artigo 4º Senhor Presidente, Srs. Deputados, o Artigo 4º é o artigo mais grave de todos eles. Porque se assim não bastasse ter aqui dos objetivos que são possíveis serem aplicados esses recursos, o Artigo 4º prevê, na verdade o investimento, para que o Tesouro Estadual possa alongar o prazo e reduzir os custos de suas obrigações. Para administrar na verdade a dívida pública no Estado do Paraná.

Então Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero registrar que vou votar contrário à criação desta empresa, porque seguramente o próximo Governador do Paraná terá uma conta muito alta a pagar. E sobre os ombros dele, pairará uma grande dúvida no momento, se as ações da COPEL estiverem

reduzidas a valores insignificantes, os seus preços, podemos transferir o controle dessa empresa a um preço vil. E de qualquer forma, esses recursos Sr. Presidente, serão aplicados de forma altamente questionável, porque não serão eles investidos apenas em infra-estrutura ou geração de energia. Na verdade é tão amplo o espectro que contempla a Mensagem Governamental, que quase tudo é possível de ser aplicado.

Quero que a história registre a minha posição contrária porque entendo que a constituição dessa empresa é lesivo ao interesse público e especialmente ao interesse da sociedade paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o projeto, ressalvadas as Emendas.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Na semana passada, analisamos a constitucionalidade e nos manifestamos contra naquele momento, porque o Artigo 9º fere frontalmente o Artigo 167 Inciso 6º da Constituição, e a Lei 4320/69, que dispõe sobre os orçamentos.

Hoje analisando o mérito, algumas questões fundamentais já foram levantadas pelo deputado que me antecedeu, mas é importante aprofundar um pouco mais essa questão de mérito.

Se enquanto o Artigo 4º estabelece, dá à empresa Paraná Investimentos um caráter de negociar dívida pública do Estado do Paraná, Artigo 6º, estabelece que tal empresa não terá um quadro próprio de profissionais, de funcionários. Se, não tem um quadro próprio ela vai ter que buscar no mercado, seja através de convênios, seja através de terceirização. Aí, podemos entender perfeitamente o que está no Artigo 4, como não são funcionários de carreira do estado, não terão responsabilidade com a Coisa Pública, não terão responsabilidade para com o Estado e, poderão colocar essa empresa a serviço da elite do nosso Estado, a serviço de algumas empresas do nosso Estado, não respeitando o caráter público dos bens, do patrimônio ou mesmo o que vier arrecadar.

O Artigo 6º é um artigo na qual ainda, além do que falamos, pode fazer o que seja um verdadeiro cabide de empregos.

A outra questão é o caráter autorizatório de criação desta empresa. Estabelece o seu Artigo 7º, que o estatuto da sociedade será discutida e aprovada na Assembleia Geral de Constituição da empresa. Quem é que faz parte de tal empresa? Única e exclusivamente alguns secretários, que está definido no Artigo 5 como Conselho de Administração.

Portanto, uma empresa altamente concentradora de poder, antidemocrática, na qual não tem constituição de um órgão fiscalizador, porque esses mesmos secretários vão definir o estatuto de como será o órgão fiscalizador. Claro que vão deixar este órgão fiscalizador entre eles, sob a responsabilidade deles. O Art. 9º na qual estabelece que o Orçamento do Estado pode ser novamente todo reformulado, todo mudado, quer dizer, se não temos um corpo de pessoal, temos um artigo que dá todo o poder somado ao Art. 9º de mexer com todo o orçamento do Estado, como quer o Governo do Estado a aprovação de um projeto sem ter a sua contestação, nós do PT somos contra o projeto e votamos contra. Apresentamos emenda visando a melhoria do projeto, que temos certeza, que, mesmo com a aprovação da nossa emenda, ainda continuará uma certa deficiência a este projeto a esta empresa, porque é altamente concentradora de poder.

Neste sentido encaminhamos pedindo o apoio à emenda apresentada pela nossa Bancada e votaremos contrário ao projeto.

E, se nossa emenda não for aprovada, também votaremos contrário ao projeto em sua 3ª Discussão.

O SR. FENATO ADUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sempre fui favorável e um dos defensores da venda das ações da COPEL, por entender que o investimento feito pelos Governos anteriores numa empresa como a COPEL que a transformou na melhor empresa de energia elétrica do Brasil, esse investimento deveria retornar ao povo do Paraná hoje em forma de obras e de benefícios. A COPEL já é uma empresa consolidada, e aprovamos nesta Casa a Lei nº 112253 que autorizava o Governo do Estado do Paraná a vender as ações da COPEL.

A criação agora desta companhia, desta empresa Paraná Investimentos é importante que todos os Senhores Deputados saibam o que pode ocorrer e o que é a venda de uma debênture. O que pode acontecer no futuro? Entendo que o governo, enquanto administrador que busca alocar recursos para gerir as questões fundamentais do Estado está correta.

Entretanto é importante que saibamos que as ações da COPEL hoje não encontram um patamar que sempre defendemos. Eramos favoráveis à venda das ações da COPEL com um percentual de 100% ou no mínimo, 90% do seu valor real, ou seja, do seu valor patrimonial.

A criação dessa companhia da Paraná Investimentos possibilita que o governo do Estado possa vender uma debênture que na realidade é chamado na gíria, de "papa-

gaio", de nota promissória ou de uma letra de câmbio ou coisa parecida.

Essa nota promissória é vendida, é negociada com um prazo determinado, três anos, três anos e meio, quatro anos.

Durante este período qualquer investidor, qualquer cidadão comum pode ir e comprar uma debênture ou seja, fazer um empréstimo ao Estado, através da Paraná Investimentos e receber um título de longo prazo.

Esse título tem correção. Esta correção será paga pela Companhia Paraná Investimentos que é do governo do Estado e tem um prazo determinado.

Gostaria de salientar aos Senhores Deputados, para que fiquemos cientes do que estaremos votando nesta Casa.

Este título que será negociado hoje pelo valor, vamos admitir de 50%, 40% ou 60% - o valor de mercado do dia - se daqui a três anos este papel tiver o seu valor aumentado para 100% do valor patrimonial, o cidadão que comprou essa debênture, esse papagaio caucionado pelas ações da COPEL, poderá optar entre ficar com as ações com aquele valor supervalorizado ou devolvê-las ao Estado e receber o seu dinheiro mais correção.

Portanto, o risco desta operação é um risco muito delicado na minha opinião.

O Estado do Paraná poderá daqui 3 ou 4 anos, não importa quem seja o governante, pagar um preço muito alto por este "papagaio".

É como aquele cidadão que faz um empréstimo no banco, estourando o seu limite do cheque e no mês seguinte o gerente acerta com ele e ele faz um "papagaio" por 30 dias e aí, fica complicado.

São duas situações.

Em nenhuma das duas o governo do Estado levará a vantagem.

Primeira: se as ações subirem, o cidadão que caucionou essas ações com a compra da debênture, terá o lucro e estará no seu bolso.

Se for uma grande companhia - só para concluir, Senhor Presidente, é importante que tenhamos consciência do que estamos votando - se o cidadão que comprou e isso pode ser um cidadão comum, pode ser uma grande empresa, pode ser uma multinacional pode ser quem for e o lucro poderá advir no investimento de médio e de longo prazo e ninguém vai trabalhar para não ter lucro.

Esta é a primeira condição.

A segunda condição é o resultado da aplicação, através da correção monetária que será paga TR mais juro "X" que o cidadão recebe, caso as ações despenquem daqui a dois anos.

Era esta a minha colocação Senhor Presidente e que os Senhores Deputados fiquem

cientes dessa condição; razão pela qual, conversando com o líder do governo, apelamos para que não tenha mais um agravante nesse fato.

O art. 4º, do qual possibilitaremos, além disso, ainda que o governo do Estado pague dívidas já contraídas ou alongue dívidas já firmadas com o dinheiro da COPEL, é pegar um dinheiro bom para quitar dívida com dinheiro que já foi gasto.

O Estado do Paraná não está tão endividado assim, mas tem, dentre os Estados do Brasil, o menor endividamento exterior, mas se utilizarmos ainda essas ações com valores depreciados como temos hoje para quitar as ações, quitar dívidas mensais, compromissos mensais poderá ficar muito difícil.

Eu apelo ao líder do Governo que retiremos o art. 4º para amenizar um pouco o prejuízo, vamos dizer assim, perder menos.

Essa é a minha conclusão.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para encaminhar) -

Primeiro quero parabenizar a exposição do Deputado Renato Adur, por sua clareza.

E, dizer da postura da Bancada do PT que fomos contra, desde o início, à forma como vinha sendo negociada a venda das ações da COPEL.

Foi uma batalha importante para que a sociedade paranaense ficasse sabendo o que estava acontecendo aqui.

Não podemos fazer uma empresa pública crescer e colocar um bem, que é a energia elétrica, para os paranaenses, tendo lucro, pegar essa empresa e colocar no lixo. Além disso, pegar esse dinheiro e conforme está colocado no art. 4º, colocar esse dinheiro numa empresa pública - que sofrerá as interferências privadas - para um Conselho, com interesses privados.

Vão gerir, na verdade, a dívida do Estado do Paraná. Dívida esta que nem nós Deputados sabemos direito quanto é.

Então, através disso, há a interferência de pessoas estranhas ao aparelho do Estado gerindo os problemas.

Além disso, o art. 5º cria novos cargos comparados com o salário do Secretário de Estado. Pressupõe-se, daí, com esta forma redacional, o salário será de Secretário de Estado.

Este Governo carrega consigo a responsabilidade de ter aumentado Secretarias, de ter criado mais de 400 cargos de assessoramento especial, aumentando demais o gasto orçamentário com folha de pessoal deste setor comissionado em detrimento dos servidores públicos, professores, etc.

E agora vem, novamente, criando mais cargos nesta lei, aí está o aspecto inconstitucional da lei.

Além disso, a nossa bancada está, acima de tudo, defendendo interesses do

Estado do Paraná e não do Governo do Estado do Paraná.

Porque aqui, quando se trata de resgatar o que foi colocado em papéis, nós temos a mesma situação que o Brasil, na entrada da década de 80 quando ia com o pires na mão, lá no FMI, pedindo pelo amor de Deus para renegociar e baixar a taxa de juros.

E o Estado do Paraná caminha este novo caminho do endividamento, do comprometimento do erário público.

Primeiro com cargos e também com esses papéis emitidos sem nenhuma garantia, porque não temos o controle sobre os gastos no Estado do Paraná.

O Estado do Paraná, se facilitar, se a gente não cuidar e não tomarmos para nós a responsabilidade de cuidar deste Estado, será o Estado mais endividado no final do Governo Jaime Lerner.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Já foi muito discutido e esclarecida a posição de muitos dos Senhores Deputados com relação a esta Mensagem.

Gostaria de dizer que a Bancada do PMDB, desde cedo, esteve debruçada a respeito deste assunto.

Nós apresentamos diversas emendas à Mensagem do Governo. Eu destacaria que duas emendas da nossa Bancada foram acolhidas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Uma delas que diz o seguinte: Fica vedada a utilização dos recursos na efetivação de despesas correntes.

Os recursos da Paraná Investimentos S.A. deverão ser utilizados exclusivamente no processo de geração de emprego e renda, não sendo pois destinados a pagamento de pessoal ou outras despesas correntes.

Uma outra emenda que também fora acolhida pela Comissão de Constituição e Justiça, de nossa bancada, diz o seguinte: A Diretoria deverá enviar à Assembléia Legislativa e publicar no Diário Oficial do Estado, relatório versando sobre a quantia de recursos gerados, capital integralizado e alocação de investimentos com os respectivos projetos e valores.

É papel constitucional deste Parlamento acompanhar todos os processos executivos, assim, tendo em vista a importância da empresa esta Casa não poderia deixar de exercer o seu papel.

Porém, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos encontrando os obstáculos antes da votação do Projeto, porque as emendas serão votadas posteriormente, nós estamos encontrando uma enorme dificuldade com a Liderança do Governo de ajustarmos a aprovação de outras emendas que serão à posteriori, tendo em vista, que o Projeto será votado agora, de imediato.

diato.

Volto a insistir e ratifico as palavras do Deputado Romanelli, do Deputado Adur, do Líder da Bancada do PT e volto a insistir ao Líder do Governo a respeito do Artigo 4º da Mensagem do Governo.

É bom que fique claro para todos nós mais uma vez, de que o Artigo 3º da Mensagem do Governo diz tudo aonde o Governo pode aplicar os recursos dos Títulos de crédito, das debêntures criado pela aprovação desta Lei.

Destacaria que no seu parágrafo único, do artigo 3º, diz o seguinte:

O Tesouro do Estado, na aplicação dos recursos a que se refere o presente artigo, observará as seguintes condições, de forma isolada ou cumulativa:

I - Aplicações em atividades produtivas;

II - Investimentos que gerem efetivo aumento da receita para o Estado;

III - Geração de empregos;

IV - Preservação do patrimônio reinvestido;

V - Atração de capitais privados para investimentos no Estado;

Aqui, ressalta-se que facilita demais a implantação da Peugeot;

VI - Investimentos em infra-estrutura;

VII - Investimentos na área energética.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no artigo 4º seguido do artigo 3º, diz o seguinte a mensagem do Governo: A empresa Paraná Investimentos S.A., terá também como objetivo complementar, o de propiciar, quando for o caso, condições ao Tesouro Estadual para administração da dívida pública do Estado do Paraná, visando ao alongamento de prazos e a redução dos custos das obrigações, utilizando-se de mecanismos próprios.

Aqui, Senhor Presidente, nós defendemos por antecipação uma emenda de autoria de um dos companheiros nossos, Deputado Caíto Quintana, que é a emenda de número 6, que já solicitamos o destaque que vai ser na continuação discutida, o suprimento deste artigo, em razão de que já fora longamente explicado pelos demais Parlamentares e entendemos nós também de que não há necessidade de que o Governo do Estado se utilize desses recursos das ações da COPEL, para poder talvez se alongar e negociar dívida do próprio Governo do Estado.

Nós gostaríamos que a Liderança do Governo, nós tentamos isso, pudesse por antecipação concordar em retirar este artigo, e assim sendo, já havia um acordo de nossa bancada do PMDB, de votar favoravelmente ao projeto.

E assim não sendo, e nós temos uma outra reunião de que vamos discutir posteriormente, e assim não acontecendo este

entendimento da nossa bancada com a Liderança do Governo, e como não há dentro do nosso Partido, da nossa Bancada, não há um consenso a respeito da matéria, nesse instante, estou liberando os demais Pares, para que votem segundo as suas consciências.

Porque dentro de nossa bancada também há discussão, a respeito de aprovar o Projeto, ressalvado as Emendas.

Particular e pessoalmente, na qualidade de Líder, e vendo já antevendo o resultado dessa votação, vou votar contrariamente ao projeto, porque não há, não houve este acordo com o Líder do Governo, em razão de eliminar de vez o artigo 4º da presente mensagem, era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Valdir Rossoni, último orador inscrito.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fui o relator desse Projeto na C.C.J. e ouvi aqui atentamente alguns pronunciamentos de Deputados, e quero dizer aos Senhores Deputados, a Vossas Excelências, de que não concordo com o posicionamento, principalmente das posições colocadas aqui pelo Deputado Rosinha.

Quanto - principalmente, vou procurar aqui responder, Doutor Rosinha, algumas posições - a questão dos Estatutos da Empresa: os Estatutos da Empresa é uma Sociedade Anônima, e a Sociedade Anônima é normatizada pela Constituição Federal. Então, não existe esta preocupação aonde Vossa Excelência está fazendo esta colocação.

A outra questão que Vossa Excelência colocou é sobre quem vai dirigir essa Empresa, que tem o corpo da Empresa. Ora, foi uma das preocupações do Governo para que não se crie um cabide de emprego dentro do Governo com a criação dessa empresa.

Por isso, faz parte da Lei. A Diretoria será composta por 2 membros, com competência a ser fixada em Estatuto Social e remuneração limitada à de Secretário de Estado.

Está na Lei, o interesse do Governo de não transformar esta empresa num cabide de emprego. Então, não está bem colocado quando Vossa Excelência diz que o Governo está querendo com isso transformar esta empresa num cabide de emprego, não concordo com Vossa Excelência.

Ora, nós quando aprovamos aqui o Projeto que autorizava a venda das ações da COPEL, todos nós ouvimos aqui de que não poderiam ser vendidas as ações da COPEL por um preço ou por um valor que não fosse dentro da realidade do valor das ações da

COPEL.

A criação do Paraná Investimentos vem de encontro ao discurso da Oposição.

Nós criamos a Paraná-Investimentos, estaremos dando ao Governo do Paraná, a oportunidade de fazer uma política de venda das ações da COPEL na Bolsa de Valores.

Se nós não tivéssemos esse mecanismo, nós não teríamos oportunidade de fazer esta política na Bolsa de Valores na hora de vender as ações.

Cito aqui um exemplo, o Governo do Paraná, todos os Deputados têm conhecimento de que no final do ano, no mês de dezembro, foi ao ENDES e pegou emprestado 120 milhões e entregou ao ENDES as ações da COPEL.

Só o fato de dar essa demonstração de que o Governo do Paraná irá vender as ações da COPEL, já deu uma demonstração de que haverá uma valorização das ações da COPEL, aqueles 120 milhões de reais, que foram emprestados do ENDES. Se hoje formos vender as ações da COPEL, este valor já está próximo de 190 milhões.

Nós com esta Lei, que estamos criando aqui, a Paraná-Investimentos, daremos, ainda, mais oportunidade ao Governo do Paraná para que com as debêntures resgate as ações da COPEL junto aos ENDES, e aí continue fazendo essa política dentro da bolsa para conseguir uma valorização maior!

Se do mês de dezembro até o presente momento só sinalizando que venderíamos parte das ações da COPEL, já conseguimos uma valorização de mais de 50%. E por isso, da urgência da aprovação desse Projeto, porque o ENDES deu a oportunidade ao Governo do Paraná, para que até o dia 15 deste mês, o Paraná resgate as ações da COPEL do ENDES e entregue ao ENDES as debêntures lastreadas nas ações da COPEL.

Com isso e com a política dentro da bolsa, nós temos certeza e temos a responsabilidade que as ações da COPEL serão vendidas por um preço que não merecerá críticas desta Casa.

Nós, Senhores Deputados, somos sabedores que faz parte de uma comissão de Deputados que acompanharão a venda das ações da COPEL e não é possível que essa Comissão que vai representar esta Casa não defenda os interesses do Paraná.

E nem seria necessário que esta Comissão fizesse o acompanhamento, porque quem conhece o Governador Jaime Lerner, sabe muito bem que ele tem uma responsabilidade com este Estado.

E essa história de que o Governo do Paraná, vai privatizar a COPEL, que fique de uma vez por todas, está no corpo da Lei aonde fixa e autoriza o Governo do Paraná em vender somente 40% das ações da COPEL. Que isso fique claro,

porque pelo que nós temos visto o que o Paraná está fazendo com que a questão das ações da COPEL, com a questão da Paraná Investimentos, o Paraná está antecipando ações do Governo para atender a população do Paraná.

Para encerrar, Senhor Presidente, quando vemos aqui um Deputado fazendo discursos, defendendo os interesses do Paraná, defendendo os interesses da população do Paraná e todos os Senhores Deputados sabem que os Poderes Públicos, hoje, passam por grandes crises. Nós estamos criando mecanismos para dar a oportunidade ao Governo Jaime Lerner, para alcançar o que o Paraná iria alcançar daqui a 10 anos, nós vamos oferecer ao Paraná com esses mecanismos que nós estamos votando aqui na Assembleia.

Não adianta subir naquela tribuna fazer a defesa do povo menos favorecido do Estado, quando nós temos conhecimento que não há recursos.

Por isso, espero que os Senhores Deputados, aprovelem este Projeto que cria a Paraná-Investimentos que dará, sem sombra de dúvida, mecanismos para que possamos valorizar as ações da COPEL e vendê-las no momento oportuno.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Projeto em 2ª. Discussão, ressalvadas as emendas. APROVADO.

Será feita a Chamada Nominal pelo Senhor Secretário, dos Senhores Deputados. (É procedida a chamada nominal).

Verificação de Votação, os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Projeto. Ressalvadas as Emendas. Votação contrária da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O DR. ROSINHA - É o PMDB, com tantos anos na situação, não aprendeu com a Oposição do ano passado, quando se esvaziava o Plenário, que cansamos de fazer isso e obtinha-se pelo menos vitórias parciais, mas parece que o PMDB acostumou a ficar nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Deputado Luiz Claudio Romanelli também vota contrário ao Projeto.

Emenda da Comissão de Finanças. Em votação com pareceres favoráveis - Deputado Durval Amaral e Elío Rusch - Emenda aprovada com voto contrário do Deputado Romanelli.

Emenda nº 1 de Plenário com pareceres contrários. Os Senhores Deputados que aprovam o parecer...

O SR. ROSINHA (Pela Ordem) . Aprovada a Emenda das Finanças e lido o Parecer,

uma vez que não foi publicado, é necessário saber a razão da inconstitucionalidade dessa Emenda.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Atenção para a Emenda Aditiva ao Projeto de Lei 149/96 - Deputado Caíto Quintana e outros Senhores Deputados com apoio. Artigo Único - o Artigo 9º do Projeto de Lei 149/96 passa ter a seguinte redação: Artigo 9º: fica o Poder Executivo autorizado a proceder as adaptações orçamentárias decorrentes da implementação dos dispostos nos Artigos 2º e 8º desta Lei, ad referendum da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

É o que contém o texto a Emenda aditiva ao Projeto de Lei 149/96, nº 01 de Plenário.

O SR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicitei a leitura do Parecer que não foi publicado, porque diz que é inconstitucional. Por que razão tal Emenda é inconstitucional?

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entendo que essa Emenda nº 01 de Plenário não há necessidade de nós apreciarmos a mesma, tendo em vista que a Emenda anteriormente aprovada, também aditiva e oriunda da Comissão de Finanças, que aprovada foi pela unanimidade do Plenário, diz exatamente o que diz a Emenda nº 01. Portanto, esse assunto na minha opinião já está resolvido.

O SR. ALGACI TÚLIO - Fra a mesma observação que eu faria, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Prejudicada a Emenda com observação feita pelo Deputado Orlando Pessuti e Liderança do Governo.

Em votação a Emenda nº 02, com Parecer contrário.

Para Encaminhar, Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Esta Emenda de nº 02, Senhores Deputados, ela vem completar praticamente o Artigo 3º da Mensagem que fora aprovada recentemente.

E com a permissão de V.Exa. eu gostaria que todos pudessem tomar conhecimento de qual o objetivo desta Emenda.

Ela diz o seguinte: os recursos gerados pela Paraná Investimentos somente poderão ser aplicados em projetos prioritários dentre eles incluídos necessariamente:

1º - Apoio creditício ao meio rural e melhoria do Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural;

2º - Regionalização e Consolidação do

Sistema Estadual de Saúde;

No primeiro, a intenção seria a volta do programa "Panela Cheia", o segundo fal do Consórcio Regional de Saúde, na intenção que ficasse assegurado recursos par esses dois setores.

3° - Pavimentação e melhoria das estradas e Rodovias Estaduais e de acesso aos Municípios.

4° - Apoio tecnológico para as micro e pequenas empresas;

5° - Consolidação dos pólos regionais de desenvolvimento.

6° - Desenvolvimento e implantação da política estadual de saneamento básico.

7° - Modernização dos portos de Antonina, Paranaguá e implantação do sistema Exportador integrado de transporte.

8° - Reformulação e modernização do sistema de Segurança Pública.

9° - Consolidação do sistema Estadual de Ensino Superior Ciência e Tecnologia.

10 - Qualificação da educação pública paranaense em todos os seus níveis.

11 - Investimentos destinados à geração de energia.

12 - Outros investimentos que viabilizem a geração de empregos.

Essa Emenda é uma emenda ampliativa aonde o Governo do Estado poderia assegurar recursos, tendo em vista a colocação com garantia das ações da COPEL, através das debêntures. Espero que a Bancada, que os demais membros do nosso Partido possam apoiar esta Emenda, que é de muita importância para o Paraná e principalmente para o projeto que foi votado poucos instantes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação a Emenda n° 2, Senhores Deputados que aprovam a Emenda com parecer contrário queiram levantar-se. REJEITADA A EMENDA.

O SR. TOTI COLAÇO - Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Senhores Deputados que rejeitam a Emenda queiram levantar-se.

EMENDA REJEITADA.

Emenda n° 03 - Com pareceres FAVORÁVEIS das Comissões.

Em Discussão. Em votação. APROVADO.

Emenda n° 04 - Com pareceres FAVORÁVEIS.

Em Discussão. Em votação. APROVADO.

Emenda n° 05 - Com pareceres CONTRÁRIOS.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda. REJEITADA A EMENDA.

Votos já identificados da bancada do PT, com os votos de Luiz Claudio Romanelli e Toti Colaço do PMDB.

Emenda n° 06 - Com pareceres CONTRÁ-

x RIOS.

Senhores Deputados que aprovam. Mesmo número de votos favoráveis. Consequentemente, REJEITADA a Emenda.

O SR. IRINEU COLOMBO - Verificação de Votação Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Senhores Deputados que rejeitam a Emenda queiram levantar-se. Emenda REJEITADA.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que a Presidência designasse um dos Secretários para ler o parecer feito sobre a Emenda n° 07.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Deputado Luiz Carlos Alborghetti irá atender a questão de ordem do Deputado Dr. Rosinha.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Apenas para deixar registrado o meu voto favorável à Emenda n° 06 que suprime o Artigo 4° do referido projeto de autoria do Deputado Caíto Quintana e outros.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Registrado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós estamos pedindo pela ordem para dizer que nós somos plenamente a favor da Emenda n° 06, que objetiva retirar do corpo do projeto o Artigo 4° que justamente permitirá que os recursos oriundos das vendas das ações da COPEL sejam utilizados para pagamento de dívidas, o que é lamentável, porque essas dívidas quando foram contraídas, foram em cima de um projeto de desenvolvimento econômico do Estado que permitia justamente o pagamento sem a necessidade da privatização de parte de uma empresa pública como a COPEL.

Então peço que registre o meu voto contrário ao Artigo 4° desse projeto e consequentemente a Emenda de n° 06 que o suprime.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado, parecer sobre a emenda n° 7.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Lê a Emenda n° 7).

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Acho que o Parecer é uma pérola. Nós temos que analisar a constitucionalidade, não diz em que momento tais emendas são inconstitucionais, qual o artigo da Constituição que está sendo ferido, quais os artigos legais e de leis complementares que estão sendo

feridos. Não. Fere o espírito do projeto. O relator observou o espírito do projeto e, conseguiu ver que tal espírito estava sendo agredido, é uma pérola um parecer deste. E, a maioria dos Deputados não conhecia o parecer anteriormente, e ele não tinha sido lido, por isto era bom que o Deputado Alborghetti lesse todo. Acho que nós vamos ter que ir a uma casa de umbanda, para poder saber qual o espírito que está sendo agredido ou ferido legalmente ou constitucionalmente.

Senhores Deputados, as nossas emendas são constitucionais não fere nenhum artigo da Constituição, nenhum espírito é ferido, a única questão colocada é que, nós mexemos e analisamos e queremos mudar qual é o mérito de tal projeto, e o que cabe a tal empresa executar. A nossa vontade, a nossa proposta, sim, Deputados, e a defesa do Estado do Paraná e não do Governo Jaime Lerner, que conhecemos muito bem o Senhor Jaime Lerner, o Senhor Governador. Nós estamos na defesa do Estado, e o Senhor Jaime Lerner não é o Estado, talvez o espírito neoliberal que ele defende tenha sido ferido a Vossa Excelência conseguiu captar neste Parecer. Neste sentido, é que a gente mostra como são feitos pareceres sem uma análise profunda e qual é a lei e qual é o artigo constitucional que está sendo ferido.

A Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nada de inconstitucional nas emendas. Em nenhuma delas. Por isso é que nós da Bancada do PT temos votado favorável a todas as emendas apresentadas, porque nenhuma é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação a emenda nº 7.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram permanecer como estão.

Rejeitada a emenda.

Sobre a mesa, Requerimento nº 279, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 281 a 284, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 285 a 288 e 301, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 292, de autoria do Sr. Dep. Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 296, de autoria do Sr. Deputado Orlanto Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislati-

va.

Requerimentos nºs 299 e 300, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 302, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Apenas para chamar a atenção da Primeira Secretaria desta Casa e da Diretoria Legislativa. Na semana passada aprovamos um pedido de informações de minha autoria sobre uma promoção que está sendo realizada no Paraná intitulada "Super BINGÃO dos Importados". Embora todas as matérias que saíram nos últimos dias nas revistas nacionais, "Isto É" e outros jornais e a própria Gazeta do Povo como altamente preocupante até se questionar o pessoal do BINGÃO dos Importados, dado o envolvimento de alguns no assassinato de um advogado, em Brasília, que se contrapôs à realização da promoção, paira sobre essa promoção gravíssimas dúvidas em relação à lisura e à seriedade com que ela está sendo conduzida, porque consta que a emissão de cartelas é em um número muito superior àquelas que estão sendo vendidas e há sérias dúvidas se os prêmios serão efetivamente entregues.

Há uma fartíssima campanha publicitária sendo realizada e a primeira Secretaria, embora o pedido tenha sido aprovado por esta Casa, até agora não encaminhou à Secretaria de Estado do Governo que é responsável pela SERLOPAR, para que se possa esclarecer sobre a lisura dos procedimentos adotados. Não quero que amanhã, que esta Casa que tomou providências em tempo certo, seja conivente com determinadas situações que são lesivas ao interesse dos consumidores, especialmente da população paranaense que está comprando essas cartelas em grande número e quem sabe dos critérios que estão sendo utilizados para serem distribuídos, se houver algum prêmio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Entraremos em contato com a 1ª Secretaria para as providências legais.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -

Gostaria de comunicar que, por autorização desta Presidência, estaremos participando amanhã, em Florianópolis, de uma reunião da Comissão de Agricultura do Sul do Brasil, para tratar de dois assuntos importantíssimos que já foram tratados nesta Casa de Leis. Um, é com relação ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar e outro com relação à questão da suinocultura nacional.

Nós, como presidente da Comissão de

Agricultura estaremos participando desta reunião em Florianópolis e agradecendo a deferência e a autorização concedida por esta Presidência para participação desta Casa de Leis que estará sendo representada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Desejamos sucesso ao Deputado Zucchi, na representação desta Casa, nesse assunto que interessa a todos os 54 Deputados desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 282/95

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 085, 124 e 152/96.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n°s 338 e 347/95.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 449, 458 e 554/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 195, 236 e 239/96.

Levanta-se a sessão.